

COMPRASNET

Pregão Eletrônico



Resposta 13/05/2019 13:28:31

2 - DO MÉRITO Primeiramente, se faz necessário informar que a empresa encaminhou e-mail, impugnando o respectivo edital, a esta Instituição na data de 07.05.2019 às 17h16min (através do e-mail compras@ufgd.edu.br), assim estando o presente pregão agendado para o dia 09.05.2019 às 09h (horário de Brasília), a impugnação restou tempestiva, sendo interposta dentro do prazo previsto no Decreto nº 5.450/05, art. 18: Art. 18. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica. 3 - DA ANÁLISE DO MÉRITO A impugnante no primeiro ponto do ato impugnatório reclama que as multas contidas no Termo de Referência do edital estão em desconformidade com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, entendendo a empresa que os percentuais das multas deveriam se limitar ao percentual máximo de 10% do valor estimado. Nesse ponto ponderamos que o edital foi analisado pela procuradoria federal através do parecer 25-2019 GAB/PFUGD/AGU, contudo não se observou exageros em relação aos parâmetros sancionatórios do edital. Ademais, a proporcionalidade das sanções às condutas gravosas descritas em edital detém a discricionariedade da Administração para a cominação das penas, do modo que melhor atenda à finalidade pública envolvida e reprimir comportamentos que levem à inexecução do objeto. Ao tratar de multas em contratações públicas, o Superior Tribunal de Justiça se pronunciou em julgado (Resp nº 330.677/RS, Rel. Ministro José Delgado): 1. Na hermenêutica jurídica, o aplicador do direito deve se ater ao seu aspecto finalístico para saber o verdadeiro sentido e alcance da norma. 2. Os Atos Administrativos devem atender à sua finalidade, o que importa no dever de o Poder Judiciário estar sempre atento aos excessos da Administração, o que não implica em invasão de sua esfera de competência. 3. O art. 86 da Lei nº 8.666/93, impõe multa administrativa pela mora no adimplemento do serviço contratado por meio de certame licitatório, o que não autoriza sua fixação em percentual exorbitante que importe em locupletamento ilícito dos órgãos públicos. 4. Possibilidade de aplicação supletiva das normas de direito privado aos contratos administrativos (art. 54, da Lei de Licitações). 5. Princípio da Razoabilidade. 6. Recurso improvido. Contudo o edital e seus anexos cumpriram a proporcionalidade e a razoabilidade no que tange as sanções, inclusive o percentual reclamado de 15% trata-se da inexecução total das obrigações assumidas pela contratante, cuja razão de ser é exatamente a de vedar a oneração excessiva a instituição, ocasionando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Ainda é pertinente fazer menção, e causa certa estranheza, que a licitação e o contrato anterior desse mesmo objeto, cuja vencedora e contratada foi a empresa impugnante, possuem multa por inexecução total chegando ao limite de 30%. E, nesta visão, verifica-se que os itens e cláusulas estipulados no presente Edital, Termo de Referência e na Minuta de Contrato, respectivamente, atenderam aos fins pretendidos pelo ordenamento jurídico, observando-se a proporcionalidade entre as intenções preventivas e repressora, além de atender ao caráter compensatório das sanções. Assim considero improcedente o pedido de redução do percentual ao máximo de 10% do valor contrato. Quanto ao item "ausência de documentos essenciais no edital", a impugnante possui razão. Assim o edital será alterado constando a seguinte redação na habilitação de qualificação técnica do edital: 8.6.4 Autorização ou revisão de autorização para funcionamento, concedido pelo Departamento da Polícia Federal, na atividade objeto desta contratação, conforme estabelece a Lei nº 7.102 de 20 junho de 1983, Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983 e Portaria nº 3.233/212 - DG/DPF de 10 de dezembro de 2012. 8.6.5 Declaração de regularidade de situação de cadastramento emitida pela Secretaria de Segurança Pública, em nome da Licitante, em plena validade, conforme artigo 38 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983. 4 - QUANTO AOS ITENS IV E V DO ATO IMPUGNATÓRIO Como tais itens já demandaram respostas em documentos anteriores não há necessidade de repeti-los. 6 - DA CONCLUSÃO Ante o exposto, recebemos a presente impugnação, para, no mérito, julgá-la parcialmente procedente o ato impugnatório. Assim, devido aos ajustes necessários a licitação será reagendada, o mais breve possível, no sistema COMPRASNET, com nova data de abertura para sessão pública. Dourados, 13 de maio de 2019. Paulo Marcelo C. da Silva Pregoeiro/Divisão de Licitação CCOMP/PRAD